

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 23/2017

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e equiparadas

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 15 de dezembro de 2017 (sexta-feira), às 10:00h

LOCAL DA SESSÃO: Rua Tomaz Gonzaga, 686, Bairro Lourdes, Auditório, Térreo, Belo Horizonte/MG

PREGOEIRO: Marcelo de Araújo Batalha

EQUIPE DE APOIO: Marina Lopes Rossi, Gustavo Waller Teobaldo e Edmar dos Reis
(Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio designados nos termos da Portaria nº 979/2017)

OBJETO: Aquisição de livros novos para compor o acervo da biblioteca e atender às necessidades bibliográficas da Justiça Militar de Minas Gerais, conforme especificações previstas no Termo de Referência (Anexo I) e demais disposições deste Edital.

RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET

<http://www.tjmmg.jus.br> – vide “LICITAÇÕES”

O edital constante dos autos prevalecerá sobre o disponibilizado na internet,
caso haja divergência entre eles.

SUMÁRIO

PREÂMBULO	3
I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	3
II - OBJETO	3
III-ÁREA SOLICITANTE	10
IV - DAS CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES.....	10
V - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	11
VI - DO CREDENCIAMENTO	13
VII - DA ENTREGA DOS ENVELOPES	14
VIII - DA PROPOSTA COMERCIAL.....	15
IX - DA SESSÃO DO PREGÃO	16
X - HABILITAÇÃO	19
XI - DOS RECURSOS	22
XII - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	23
XIII - DO PRAZO, DO LOCAL DE ENTREGA E DO PAGAMENTO	23
XIV - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	23
XV - DA ESTIMATIVA DE CUSTO	23
XVI - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	24
XVII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	26
ANEXO I –TERMO DE REFERÊNCIA	27
ANEXO II - MODELO DE CREDENCIAMENTO	39
ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO	40
ANEXO IV- MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL	41
ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.....	43
ANEXO VI- MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES E IMPEDITIVOS	44
ANEXO VII- MODELO DE DECLARAÇÃO (CUMPRIMENTO AO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)	45
ANEXO VIII - DECLARAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO CNJ Nº 07, DE 18/10/2005.....	46

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 19/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017

PREÂMBULO

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, órgão do Poder Judiciário, com endereço à Rua Tomaz Gonzaga, nº 686, Bairro Lourdes, CEP 30.180-143 - Belo Horizonte/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 16.866.394/0001-03, isento de inscrição estadual, torna pública a abertura do **Processo Licitatório nº 19/2017**, na modalidade **Pregão Presencial nº 23/2017**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, **exclusivamente para participação de Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP ou equiparadas**, regido pelas Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, pelas Leis Estaduais nº 14.167/2002, nº 13.994/2001, nº 20.826/2013, pelos Decretos Estaduais nº 44.786/2008, nº 46.105/2012, nº 44.630/2007, nº 45.902/2012, Lei Complementar nº 123/2006, e respectivas alterações, e pelas Portarias nº 311/2004 e 979/2017 deste Tribunal e demais condições fixadas neste edital.

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O Pregão será realizado em sessão pública, na modalidade presencial, realizada na sede do TJM/MG, localizada na Rua Tomaz Gonzaga, 686, Bairro Lourdes, Belo Horizonte/MG, no dia 15/12/2017 (sexta-feira), às 10:00.
2. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) Marcelo de Araújo Batalha e equipe de apoio integrada pelos servidores Marina Lopes Rossi, Gustavo Waller Teobaldo e Edmar dos Reis, designados pelas Portarias nº 311/2004 e 979/2017 deste Tribunal.

II - OBJETO

1. Constitui-se objeto deste edital a aquisição de **livros novos** para compor o acervo da biblioteca e atender às necessidades bibliográficas da Justiça Militar de Minas Gerais, conforme especificações previstas no Termo de Referência (Anexo I) e demais disposições deste Edital.
 - 1.1. As especificações de cada título, inclusive autoria, editora e quantidade, encontram-se detalhadas no Item 4 do Termo de Referência (Anexo I). As edições deverão ser as mais atualizadas possíveis
 - 1.2. Os livros deverão ser entregues no prédio da sede da Justiça Militar de Minas Gerais, à Rua Tomaz Gonzaga, 686, no Bairro de Lourdes em Belo Horizonte/MG.
 - 1.3. A aquisição será dividida em lotes, conforme detalhado abaixo:

LOTE 01				
Item	Título	Autor	Editores	Qtde

1	Auditoria e Gestão de Riscos	AVALOS, José Miguel Aguilera	Saraiva	1
2	Manual de Direito Administrativo	CARVALHO FILHO, José dos Santos	Atlas	6
3	Direito Administrativo	DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella	Forense	6
4	Direito Administrativo	MEIRELLES, Hely Lopes	Malheiros	4
5	Curso de Direito Administrativo	MELLO, Celso Bandeira de	Malheiros	6
6	Direito Constitucional e Teoria da Constituição	CANOTILHO, José Joaquim Gomes	Almedina	5
7	Comentários à Constituição do Brasil	CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MENDES, Gilmar	Saraiva	5
8	Curso de Direito Constitucional	GONÇALVES, Bernardo Fernandes	Juspodium	5
9	Teoria dos Direitos Fundamentais	ALEXY, Robert	Malheiros	5
10	Ditadura e Responsabilização: Elementos Para uma Justiça de Transição no Brasil	MEYER, Emilio Peluso Neder	Arraes	5
11	Manual de Direito Internacional Público	ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO e SILVA, Geraldo E.; CASELLA, Paulo B.	Saraiva	5
12	Direitos Humanos e Justiça Internacional	PIOVESAN, Flávia	Saraiva	5

LOTE 02				
Item	Título	Autor	Editora	Qtde
1	Manual de Direito Disciplinar Militar	ABREU, Jorge Luiz Nogueira	Juruá	3
2	Direito Penal Militar: Teoria Crítica e Prática	ALVES-Marreiros, Adriano; ROCHA, Guilherme e FREITAS, Ricardo	Forense-Método	5
3	A Justiça Militar e a Democracia: Controle Judicial da Atividade Policial	ANJOS, Marcelo Adriano Menacho dos	D'Plácido	5
4	Comentários ao Código Penal Militar	ASSIS, Jorge César	Juruá	6

5	Deserção: Um Estudo Minucioso Sobre o Crime Militar Por Excelência -	ASSIS, Jorge César	Juruá	3
6	Habeas Corpus: Admissibilidade nas Transgressões Disciplinares Militares	CAAMAÑO, Fernando Otero	Juruá	5
7	Elementos de Direito Penal Militar: Parte Especial	MIGUEL, Cláudio Amin; CRUZ, Ione de Souza	Método	5
8	Manual de Direito Penal Militar	NEVES, Cícero Robson Coimbra e STREIFINGER, Marcello	Saraiva	5
9	Manual de Direito Processual Penal Militar: em Tempo de Paz	NEVES, Cícero Robson Coimbra	Saraiva	6
10	Direito Militar Romano	PALMA, Rodrigo Freitas	Juruá	3
11	Direito Internacional Penal: A Responsabilidade de Comando no Estatuto de Roma e sua Implementação no Código Penal Militar	PEREIRA, Carlos Frederico de Oliveira	Juruá	3
12	Direito Penal Militar: Teoria do Crime	ROCHA, Fernando Antônio Galvão da	D'Plácido	5
13	Ética a Nicomacos	Aristóteles	Martin Claret	2
14	Teoria da Argumentação Jurídica	ALEXY, Robert	Forense	2
15	Ética e Retórica: Para uma Teoria da Dogmática Jurídica	ADEODATO, João Maurício	Saraiva	2
16	Curso de Filosofia do Direito	BITTAR, Eduardo; ALMEIDA, Guilherme Assis de	Atlas	2
17	O Positivismo Jurídico	BOBBIO, Noberto	Ícone	2
18	A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos	COMPARATO, F. Konder	Saraiva	2
19	Introdução ao Estudo de Direito	FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio	Atlas	2
20	Teoria Pura do Direito	KELSEN, H	Almedina	2
21	Hermenêutica e Aplicação do Direito	MAXIMILIANO, Carlos	Forense	2
22	Filosofia do Direito	REALE, Miguel	Saraiva	2
23	Constitucionalismo e Teoria do Direito	RIBEIRO, Fernando Armando	Del Rey	2
24	Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil	GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia	Campus-Elsevier	1

25	Orçamento Público	GIACOMONI, James	Atlas	1
26	Contabilidade Pública: Teoria e Prática	KOHAMA, Hélio	Atlas	1
27	Curso de Finanças Públicas: Uma Abordagem Contemporânea	LIMA, Edilberto Carlos Pontes	Atlas	1
28	Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público	BERQUE, Sandro Trescastro	Atlas	1
29	Dinâmica Comportamental no Setor Público	FERNANDES, Gustavo Andrey de A. L.	FGV	1
30	Adobe Illustrator CS5	ANDRADE, Marcos Serafim de	SENAC	1
31	Adobe InDesign CS5	ANDRADE, Marcos Serafim de	SENAC	1
32	Um 2.5 com Enterprise Architect 10: modelagem visual de projetos orientada a objetos	SBROCCO, José Henrique Teixeira de Carvalho	Érica	1
33	Curso de Licitações e Contratos Administrativos	FURTADO, Lucas Rocha	Forum	1
34	Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos	JUSTEN FILHO, Marçal	Revista dos Tribunais	3
35	Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública	NIEBUHR, Joel de Menezes	Fórum	2
36	Termo de Referência: O Impacto da Especificação do Objeto e do Termo de Referência na Eficácia das Licitações e Contratos	SANTANA, Jair Eduardo; CAMARÃO, Tatiana; CHRISPIM, Anna Carla Duarte	Fórum	2
37	Dicionário de Houaiss de Conjugação de Verbos	AZEREDO, José Carlos de	Publifolha	1
38	Manual de Redação Oficial	LEDUR, Paulo Flávio	AGE	2
39	Curso de Direito Processual Civil: Reescrito com Base no Novo CPC. 5 volumes (valor da coleção)	DIDIER JÚNIOR, Fredie	Juspodium	2
40	Novo Código Processo Civil Anotado	THEODORO JÚNIOR, Humberto	Forense	5
41	Servidor Público: Teoria e Prática	MARCONDES, Pedro Carlos	Fórum	3
42	Servidor Público: Estudos em Homenagem ao Professor Pedro Paulo de Almeida Dutra	SILVA, Cristiana Fortini Pinto	Fórum	5

LOTE 03				
Item	Título	Autor	Editora	Qtde
1	Derecho Internacional de Los Derechos Humanos: Esencia y Trascendencia	CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto	Porrua	3
2	Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional	PIOVESAN, Flávia	Saraiva	5
3	A Promoção dos Direitos Humanos Fundamentais Através da Polícia Militar	MEDEIROS, Aline Oliveira de	lumen juris	3
4	Verdade e Método volume I	GADAMER, Hans-Georg	Vozes	2
5	Verdade e Método volume II	GADAMER, Hans-Georg	Vozes	2
6	Shakespeare e Cervantes: Diálogos a Partir do Direito e Literatura	RIBEIRO, Fernando Armando	Letramento	2
7	Gestão por Competências no Setor Público	LEME, Rogério - (org)	Qualimark	1
8	Competências: Conectando Estratégia e Pessoas nas Organizações Públicas	SANTOS, Fabia Alves de Souza dos	Prismas	1
9	Comentários à Lei de Licitações e Contratos e Jurisprudência Atualizada do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais	ANDRADE, Adriene Barbosa de Faria; FERREIRA, Luiza Amancio	Fórum	3
10	Roteiro Prático das Licitações: Atualizada Com as Inovações da Lei Complementar 123/06 (Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) Lei 12.462/11 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas- RDC)	BLANCHET, Luiz Alberto	Juruá	2
11	Contratação direta sem licitação	FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby	Forum	2
12	Vade-Mécum de licitações e contratos	FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby	Forum	2
13	Novas tendências do Processo Civil (volume 2): Estudos Sobre o Projeto do Novo CPC	DIDIER JÚNIOR, Fredie	Juspodium	4

14	Curso de Direito Processual Civil: Atualizados Com o Novo CPC. vol. 2 (valor unitário)	THEODORO Humberto	JÚNIOR,	Forense	3
15	Curso de Direito Processual Civil: Atualizados Com o Novo CPC. vol. 3 (valor unitário)	THEODORO Humberto	JÚNIOR,	Forense	3

LOTE 04					
Item	Título	Autor		Editora	Qtde
1	Teoria Geral da Política: a filosofia política e as ligações dos clássicos	BOBBIO, Norberto		Elsevier	3
2	Ciência Política	BONAVIDES, Paulo		Malheiros	3
3	Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica	CHANG, Há-Joon		Unesp	1
4	Da Guerra	CLAUSEWITZ, Karl Von		Martins Fontes	1
5	Teoria Geral do Estado e Ciência Política	CICCO, Cláudio de: Gonzaga, Álvaro de Azevedo		Revista dos Tribunais	2
6	Leviatã, ou Matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil	HOBBS, Thomas		Martins Fontes	2
7	O poder: história natural de seu crescimento	JOUVENEL, Bertrand de		Peixoto Neto	2
8	Teoria Geral do Direito e do Estado	KELSEN, Hans		Martins Fontes	3
9	Teoria Geral do Estado	MALUF, Sahid		Saraiva	2
10	Teoria do Estado e da Constituição	MIRANDA, Jorge		Forense	3
11	O espírito das leis	MONTESQUIEU, Charles Louis de		Saraiva	2
12	Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira	PESSOAL: Samuel (org.)		Elsevier	2
13	Desenvolvimento como liberdade	SEM, Amartya		Cia. De Bolso	3
14	Powershift: as mudanças do poder	TOFFLER, Alvin		Record	1
15	Fundamentos da economia	VASCONCELLOS, Marco Antônio S.; GARCIA, Manuel Enriquez		Saraiva	2

16	Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI	VEIGA, José Eli da	Garamond	2
17	Ciência e Política: duas vocações	WEBER, Marx	Cultrix	3

LOTE 05				
Item	Título	Autor	Editora	Qtde
1	Auditoria Interna: Melhores Práticas	MAFFEI, José	All Print	1
2	A Eficácia dos Direitos Fundamentais - Uma Teoria dos Direitos Fundamentais na Perspectiva Constitucional	SCARLET, Ingo Wolfgang	Livraria do Advogado	5
3	Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos 3 Vols	CANÇADO TRINTADE, Antônio	Fabris	1 (um de cada volume)
4	International Human Rights	DONNELLY, Jack	Westview Press	1
5	Direito Internacional Penal	JANKOV, Fernanda	Saraiva	5
6	Internacionalização dos Direitos Humanos: Constituição, Racismo e Relações Internacionais	LAFER, Celso	Manole	5
7	Processo Internacional de Direitos Humanos	RAMOS, André de Carvalho	Saraiva	5
8	Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar	Encadernados Juntos	Brasil	10
9	A Polícia Judiciária Militar e Seus Desafios: Aspectos Teóricos e Práticos	GORRILHAS, Luciano Moreira; BRITO, Cláudia Aguiar	Núria Fabris	3
10	Primórdios da Justiça Militar: Coletânea de Documentos Castelhanos do Século XVI	MELLO, Amilcar D'Avila de	Tekoá Et Orbis	3
11	Crime Militar: da Prisão em Flagrante a Audiência de Custódia	Oliveira, José Maurício de	Diplomata	3
12	O Império do Direito	DWORKIN, Ronald	Martins Fontes	2
13	A Justiça de Toga	DWORKIN, Ronald	Martins Fontes	2
14	Técnica Processual e Teoria do Processo	GONÇALVES, Aroldo Plínio	Aide	2

15	Hermenéutica Jurídica em Crise	STRECK, Lênio	Livraria do Advogado	2
16	Finanças Públicas	ROSEN, Harvey S; Gayer, Ted	McGraw-Hill	1

III-ÁREA SOLICITANTE

1. Escola Judicial Militar do Estado de Minas Gerais/Biblioteca do TJM/MG.

IV - DAS CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS e IMPUGNAÇÕES

1. O edital encontra-se disponível na internet, no site www.tjmmg.jus.br, no link “LICITAÇÕES”.
2. As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site www.tjmmg.jus.br, no link “LICITAÇÕES”, bem como as publicações no Diário da Justiça Militar Eletrônico - DJM-e, também disponível no endereço eletrônico www.tjmmg.jus.br, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.
3. Conforme art. 11 do Decreto Estadual/MG nº 44.786/2008, até às 18h do 5º (quinto) dia após a publicação do AVISO DO EDITAL no Diário Eletrônico da Justiça Militar (DJM-e), qualquer pessoa, inclusive licitante, poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
4. Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados para o *e-mail* licitacao@tjmmg.jus.br, no prazo definido no item 3.
 - 4.1. As respostas do(a) Pregoeiro(a) às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por *e-mail*, ou disponibilizadas no site www.tjmmg.jus.br, no link “LICITAÇÕES”, ficando acessíveis a todos os interessados.
 - 4.2. No site www.tjmmg.jus.br, no link “LICITAÇÕES”, serão disponibilizadas, além das respostas, outras informações que o(a) Pregoeiro(a) julgar importantes, razão pela qual os interessados devem consultar o *site* com frequência.
5. **Impugnações** aos termos deste edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa, inclusive licitante, no prazo definido no item 3, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico licitacao@tjmmg.jus.br, com assinatura eletrônica, ou protocolizada no setor de Protocolo na sede do TJMMG, dirigida ao(a) Pregoeiro(a), que deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, auxiliado pelo setor técnico competente.
 - 5.1. A petição deverá ser assinada pelo cidadão ou pelo licitante, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública), além das informações para contato (endereço completo, telefone, fax e e-mail).
 - 5.1.1. Os documentos citados no subitem 5.1 poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo(a) Pregoeiro(a) ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32, *caput*, c/c art. 38, inciso IV, ambos da Lei nº 8.666/1993.

- 5.2. O Tribunal não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo(a) Pregoeiro(a), e que, por isso, sejam intempestivas.
- 5.3. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, conforme art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/1993.
- 5.4. A decisão do(a) Pregoeiro(a) será enviada ao impugnante por *e-mail*, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e será divulgada no *site* deste Tribunal para conhecimento de todos os interessados.

V - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1. Poderão participar desta licitação exclusivamente **as Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou equiparadas, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/06:**
 - 1.1. que atendam a todas as exigências deste edital, inclusive quanto à documentação constante deste instrumento e seus anexos;
 - 1.2. cujo objeto social, expresso no contrato social ou estatuto em vigor, seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.
2. O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP ou equiparada, conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverá **declarar por escrito** conforme modelo constante no **ANEXO V** ou comprovar tal condição mediante certidão expedida pela Junta Comercial, Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou equivalente, quando do seu **credenciamento, nos termos da letra e, item 1 do Título VII deste Edital.**
 - 2.1. Nos termos do art. 2º do Decreto Estadual nº 44.630/07, art. 5º, parágrafo único, II, alíneas “a” e “b”, da Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 8.727/12 e art. 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, para obterem tratamento diferenciado e simplificado na licitação, os licitantes deverão comprovar a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas mediante a apresentação de:
 - 2.1.1. Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da pequena empresa;
 - 2.1.2. Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da pequena empresa.
 - 2.2. O licitante optante pelo Regime do Simples Nacional deverá apresentar comprovação desta condição.
 - 2.3. O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente

3. O licitante deverá apresentar declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta atende às exigências do edital, conforme modelo constante do **Anexo III**.
 - 3.1. Recebida a declaração, se for constatado pelo(a) Pregoeiro(a) o descumprimento às exigências de habilitação e proposta comercial previstas no edital, responderá o licitante pelas sanções previstas na Lei Estadual nº 14.167/2002, no Decreto Estadual nº 44.786/2008 e neste edital.
4. Não poderá participar da presente licitação pessoa jurídica:
 - 4.1. suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o TJMMG;
 - 4.2. declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
 - 4.3. impedida de licitar e contratar com o Estado de Minas Gerais;
 - 4.4. com falência decretada;
 - 4.5. cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação;
 - 4.6. em consórcio;
 - 4.7. enquadrada nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993;
 - 4.8. compostas de deputados, senadores e vereadores que sejam proprietários, controladores ou diretores, conforme art. 54, II, “a”, c/c art. 29, IX, ambos da Constituição Federal/1988;
 - 4.9. Empresas ou sociedades estrangeiras não autorizadas a funcionar no país;
 - 4.10. Pessoas físicas ou jurídicas que tiverem contrato rescindido com órgão da Administração Pública direta ou indireta, por inadimplência;
 - 4.11. Pessoas físicas ou jurídicas que possuam sócios ou diretores que tenham tido vínculo empregatício com o TRIBUNAL há menos de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da publicação deste Edital;
 - 4.12. Pessoas jurídicas que possuam, em seu quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação neste Tribunal, nos termos do art. 2º, inciso VI da Resolução nº 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça.
 - 4.13. Pessoas jurídicas que possuam, em seu quadro funcional, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados a este Tribunal, nos termos do art. 3º da Resolução nº 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça.
 - 4.14. Pessoas físicas ou jurídicas que incorrerem em outros impedimentos previstos em lei;
5. A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.
6. A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

VI - DO CREDENCIAMENTO

1. No início da sessão, o proponente, ou seu representante legalmente constituído, deverá apresentar-se ao pregoeiro para CREDENCIAMENTO munido dos seguintes documentos, válidos e regulares:
 - a) **DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO QUE CONTENHA FOTO** (Carteira de Identidade; CNH; passaporte, etc.). Trazer o documento ORIGINAL acompanhado de uma fotocópia do mesmo;
 - b) **PROCURAÇÃO PÚBLICA** ou **PROCURAÇÃO PARTICULAR**, com firma reconhecida em cartório, se o representante não for sócio, administrador ou diretor da empresa com poderes para representá-la.
 - b.1) No caso de procuração particular, juntamente com esta deve ser apresentado o Contrato Social ou documento equivalente que comprove os poderes do outorgante.
 - b.2) A procuração deve explicitar os poderes do outorgado para representar a empresa em procedimentos licitatórios, formular propostas e praticar todos os atos inerentes ao certame, podendo ser utilizado o modelo do Anexo II.
 - c) **CONTRATO SOCIAL OU DOCUMENTO EQUIVALENTE**
(OBS: trazer o documento ORIGINAL acompanhado de **uma fotocópia** do mesmo. Caso haja alteração, deverá ser apresentada ainda, junto com o Contrato Social/Estatuto/Ato Constitutivo, a última alteração estatutária ou contratual ou a respectiva consolidação);
 - d) **Declaração do ANEXO III** deste Edital, dando ciência das normas contidas no edital e declarando que cumpre plenamente os requisitos de habilitação. Esta declaração deve ser entregue junto com os documentos no CREDENCIAMENTO.
 - e) Documento que comprove ser microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou equiparada, se for o caso:
 - e.1) No CREDENCIAMENTO, poderá ser utilizado o Modelo do **Anexo V** deste Edital. Porém, na fase de HABILITAÇÃO, deverá ser apresentada a **certidão expedida pela Junta Comercial, Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente**, de modo a comprovar tal condição de ME/EPP.
- 1.1. Os documentos descritos nas alíneas acima **deverão** ser apresentados JUNTO com os ORIGINAIS OU mediante CÓPIA AUTENTICADA dos mesmos, e deverão ser portados nas mãos do representante a ser credenciado nesta licitação, **NÃO** devendo ser colocados no envelope da Habilitação.
- 1.2. O Pregoeiro e/ou sua Equipe de Apoio **poderão** autenticar as cópias desses documentos, desde que seja apresentado o documento original ou cópia com autenticação em cartórios.
2. O representante a ser credenciado deverá ser distinto e único para cada licitante, ou seja, não serão admitidos **mais de um** credenciado por empresa, nem um único credenciado para mais de uma empresa.
3. Caso o credenciado seja sócio ou participante da empresa, é indispensável que se comprove por meio de documento original ou autenticado, na ocasião, ser detentor de poderes que o habilite a formular lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, em nome da empresa.
4. A **Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP** ou equiparada que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006 e disciplinados no Decreto

Estadual nº 44.630/2007, **deverá declarar por escrito** conforme modelo constante no **ANEXO V, ou** comprovar tal condição mediante **certidão expedida pela Junta Comercial, Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente**, quando do seu **credenciamento**, sob pena de preclusão e de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº 123/2006 (com alterações da LC 155/2016) e Lei Estadual/MG 20.826/2013, observado o disposto no art. 110 da Lei 8.666/93.

- 4.1. As ME's e EPP's devem fazer constar, *se for o caso*, na declaração apresentada a restrição da documentação exigida, para efeito de comprovação de REGULARIDADE FISCAL, sob pena de não ser efetivada a contratação. Havendo RESTRIÇÃO da documentação, a EPP ou ME terá **05 (cinco) dias úteis** para sua regularização fiscal, nos termos do art.43, §1º da Lei Complementar 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar 155/2016.
5. O prazo para credenciamento encerra-se no momento da abertura da sessão do pregão, sendo a sessão aberta logo após realizada a fase do credenciamento de todos os interessados.

VII - DA ENTREGA DOS ENVELOPES

1. Os envelopes “PROPOSTA COMERCIAL” e “HABILITAÇÃO” deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues ao Pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:

LOCAL: RUA TOMAZ GONZAGA, 686, BAIRRO LOURDES, Belo Horizonte/MG

DATA: 15/12/2017 (sexta-feira)

HORÁRIO: 10:00h

2. Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa a identificação da licitante e os seguintes dizeres:

a) no envelope de PROPOSTA COMERCIAL:

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
LICITAÇÃO Nº 19/2017
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017
P R O P O S T A C O M E R C I A L
LICITANTE:**

b) no envelope de HABILITAÇÃO:

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
LICITAÇÃO Nº 19/2017
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017
H A B I L I T A Ç Ã O
LICITANTE:**

3. O Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais não se responsabilizará por envelopes de “Proposta Comercial” e “Habilitação” que não sejam entregues ao Pregoeiro designado, no local, data e horário definidos neste Edital.

VIII - DA PROPOSTA COMERCIAL

1. A proposta comercial deverá contemplar os valores unitários e total dos produtos, e ser elaborada de forma clara, em papel timbrado da empresa proponente e atender aos seguintes requisitos:
 - 1.1. Deve ser devidamente preenchida, com páginas rubricadas, sendo a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito das demais licitantes, prejuízo à Administração Pública ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, devendo conter:
 - a) razão social, número do CNPJ, endereço completo, número do telefone e do fax da empresa proponente, observando-se que o CNPJ da licitante deverá ser o mesmo que constará da nota fiscal a ser emitida pela empresa vencedora desta licitação;
 - b) especificações e características detalhadas do objeto, a fim de que o Pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações deste edital, especialmente do termo de referência, foram atendidas;
 - c) valores unitários dos produtos e valor total da proposta;
 - d) data e assinatura do representante legal do licitante, com a identificação de seu nome abaixo da assinatura.
 - 1.2. A Proposta deverá conter valores expressos em moeda corrente do país, com 02 (duas) casas decimais.
 - 1.3. Serão desconsiderados valores a partir da terceira casa decimal.
2. A proposta e os lances deverão referir-se ao valor total de todos os produtos de cada lote, não se admitindo propostas para a execução parcial do lote.
3. No valor total da proposta deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete, seguro, carga e descarga, e quaisquer ônus que porventura possam recair sobre o atendimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da proponente.
 - 3.1. O preço deverá ser cotado considerando-se a entrega do objeto licitado na sede da Justiça Militar Estadual: **Rua Tomaz Gonzaga, nº 686 – Bairro de Lourdes, Belo Horizonte – Minas Gerais**, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios.
4. A Proposta Comercial terá validade por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
 - 4.1. Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na Proposta Comercial, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.
5. Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para a contratação, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.
 - 5.1. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, poderá ser solicitada prorrogação da validade das mesmas a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse deste Tribunal;

- 5.2. A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes quanto à respectiva proposta.
6. Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua Proposta Comercial.
7. O encaminhamento da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste Edital.
8. Quando da incidência de ICMS, para atendimento ao disposto no Decreto nº 43.349/2003 e Resolução Conjunta SEF/SEPLAG nº 3.458/2003, alterada pela Resolução Conjunta SEF/SEPLAG nº 3.709/05, os licitantes mineiros deverão cotar, além do preço normal de mercado, o preço resultante da dedução do ICMS, o qual será considerado como base para classificação das propostas, etapa de lances e julgamento.
- 8.1 Não se aplica a isenção do ICMS aos contribuintes mineiros optantes pelo Regime do Simples Nacional a que se refere a Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, ou seja, tais contribuintes deverão apresentar em suas propostas apenas os preços com ICMS.
- 8.2 Os licitantes mineiros optantes pelo Regime do Simples Nacional deverão comprovar juntamente com suas propostas comerciais esta sua condição. Tal comprovação também poderá ser realizada mediante consulta pela internet pelo(a) Pregoeiro(a) e sua equipe de Apoio.
9. As propostas **não** poderão impor condições ou conter opções.
10. Em caso de divergência entre o preço unitário e o preço total, prevalecerá o preço unitário.
11. Quaisquer erros de cálculo existentes na Proposta Comercial serão corrigidos pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio.
- 12. O licitante NÃO é obrigado a cotar todos os LOTES, porém, em cada lote ofertado, deverão estar incluídas as cotações de todos os itens que o compõem, sob pena de desclassificação da proposta.**
13. Após a abertura das propostas, não será admitido cancelamento, inclusão ou exclusão de documentos, retirada da proposta ou alteração nas suas condições, sob pena de inclusão do licitante no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, instituído pela Lei nº 13.994/2001 [CAFIMP].
14. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras durante o certame, em especial na sessão do pregão, desconsiderar falhas formais que não afetem o seu conteúdo, relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no §3º do art. 43 da Lei Federal 8.666/93.

IX - DA SESSÃO DO PREGÃO

1. No dia, hora e local estabelecidos neste Edital, será realizada sessão pública para recebimento dos envelopes, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e comprovar a existência dos poderes necessários para a formulação de proposta e para a prática de todos os

demaís atos inerentes ao certame.

2. Após o credenciamento dos participantes, o(a) pregoeiro(a) declarará aberta a sessão, não mais aceitará novos proponentes, e receberá dos licitantes a declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme Anexo III deste Edital e os Envelopes de Proposta Comercial e Habilitação.

3. Classificação das propostas comerciais

- 3.1. Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas, a fim de que seja verificado se foram atendidas as especificações e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, **em especial os requisitos do item VIII do Edital e seus subitens**, sendo imediatamente desclassificadas as propostas que estiverem em desacordo.
- 3.2. Será declarada classificada, pelo(a) pregoeiro(a), a proposta do licitante que ofertar o **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, representado pelo menor valor total dos produtos e aqueles licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.
- 3.3. Se não houver, no mínimo, 3 (três) propostas de preços nas condições definidas no item anterior, o(a) pregoeiro(a) classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.
- 3.4. Havendo empate entre propostas de preços que se enquadrem nas hipóteses descritas nos dois subitens anteriores, serão todas classificadas.
- 3.5. Será **desclassificada** a proposta que:
 - 3.5.1. não se refira à integralidade do objeto;
 - 3.5.2. não atenda às exigências estabelecidas no Edital e seus anexos;
 - 3.5.3. apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 44, § 3º e art. 48, II, da Lei Federal nº 8.666/93.
 - 3.5.3.1. Se o(a) Pregoeiro(a) entender que há indícios de inexequibilidade do preço, fixará prazo para que o licitante demonstre a formação do seu preço, por meio de planilha de custos, justificativas e demais documentos comprobatórios.
 - 3.5.3.2. Não havendo a comprovação da exequibilidade do preço, analisado para execução global do objeto e cumprimento das normas legais, a proposta será desclassificada.
- 3.6. O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.
- 3.7. Havendo divergência entre o valor numérico e o escrito por extenso, prevalecerá o por extenso.

4. Dos Lances Verbais

- 4.1. O(a) Pregoeiro(a) convidará os licitantes classificados, individualmente e de forma sequencial, a apresentar lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.
- 4.2. Poderão ser ofertados lances intermediários, na hipótese da licitante declarar impossibilidade de cobrir o menor preço, que ficarão registrados em Ata, inclusive, para definir a ordenação das propostas, após concluída a etapa de lances.
- 4.3. Não caberá retratação dos lances ofertados.
- 4.4. Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.
- 4.5. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo(a) pregoeiro(a), implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela mesma, para efeito de posterior ordenação das propostas.
- 4.6. O encerramento da etapa de lances dar-se-á quando, convocados pelo(a) pregoeiro(a), os licitantes manifestarem seu DESINTERESSE em apresentar novos lances.

5. Julgamento

- 5.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, representado pelo menor valor total dos produtos a que se refere o lote, desde que observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 5.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o(a) pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
 - 5.2.1. Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.
 - 5.2.2. **Havendo apenas uma oferta** e desde que atenda a todos os termos deste edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita, podendo o Pregoeiro negociar para obter melhores condições.
- 5.3. Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação da sua condição habilitatória.
- 5.4. Será considerado vencedor o licitante que, ao final da disputa de lances, observadas as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, ofertar o MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE para o lote.
- 5.5. Constatado o atendimento pleno às exigências deste edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto, observadas as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto Estadual nº 44.630/2007.
- 5.6. Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante habilitada declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto desta licitação.
- 5.7. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor, a teor do disposto no art. 4º, inc.

XVII, Lei 10.520/2002.

- 5.8. A licitante detentora da melhor oferta deverá encaminhar ao Pregoeiro, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, a proposta de preços ajustada ao valor final de seu lance.
- 5.9. Da sessão do pregão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e licitantes presentes.

X - HABILITAÇÃO

1. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o(a) pregoeiro(a) comprovará as condições de habilitação do autor da melhor oferta, que será realizada por meio de consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP e pela análise dos documentos a seguir relacionados, que deverão constar do envelope de habilitação:
 - 1.1. registro comercial, no caso de empresa individual;
 - 1.2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;
 - 1.2.1. Se as alterações, em sua totalidade, tiverem sido consolidadas num só documento, devidamente registrado na Junta Comercial, bastará a apresentação do contrato social consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas. Do contrário, o licitante poderá apresentar a versão original acompanhada das alterações promovidas e registradas no órgão competente.
 - 1.3. inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
 - 1.4. certidão expedida pela Junta Comercial, Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, que comprove a condição de ME, EPP ou equiparada, nos termos do item 2.1 do Título V deste edital, se for o caso;
 - 1.4.1. Se comprovada tal condição de ME ou EPP no credenciamento com a apresentação da Certidão expedida pela junta comercial ou Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tal comprovação estará dispensada na fase da habilitação.
 - 1.5. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
 - 1.6. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - 1.7. prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
 - 1.8. prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
 - 1.9. prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante

- mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- 1.10. prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação de certidão emitida pela Caixa Econômica Federal;
 - 1.11. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
 - 1.12. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
 - 1.13. declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República/1988, assinada pelo representante legal do licitante, conforme modelo do Anexo VII;
 - 1.14. declaração, conforme Resolução n. 007, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça, de acordo com o modelo constante do Anexo VIII;
 - 1.15. declaração de que a empresa não se encontra declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme modelo constante do Anexo VI deste Edital.
2. Os documentos relacionados no item 1 deste Título poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais - SEPLAG, desde que expressamente indicados no referido cadastro e em vigor na data da realização do Pregão.
 - 2.1. A apresentação do CRC não dispensa a apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, ou instrumento público ou particular de procuração, ou Carta de Credenciamento, com vistas à conferência da assinatura do representante legal aposta nos documentos.
 - 2.2. No caso de não constar no CRC da SEPLAG quaisquer documentos exigidos no item 1 deste título, o licitante deverá complementar a documentação exigida.
 - 2.3. Se os documentos relacionados no item 1 deste título, indicados no CRC da SEPLAG, estiverem com os prazos vencidos, deverão ser apresentados novos documentos, em vigor.
 - 2.4. O licitante obriga-se a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, observadas as penalidades cabíveis, conforme modelo constante do Anexo VI.
 - 2.5. Serão analisados no Certificado de Registro Cadastral somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros documentos.
 3. O(a) Pregoeiro(a) e a equipe de apoio efetuarão consulta ao site da Receita Federal para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, em observância à legislação pertinente, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.
 4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:
 - 4.1. se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
 - 4.2. se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

- 4.3. se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial;
- 4.4. serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
5. Na ausência de algum dos documentos constantes do item 1, o(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio poderão consultar os sites dos órgãos emissores para sua emissão, juntando-os aos autos.
 - 5.1. O Tribunal não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, hipótese em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, o licitante será inabilitado.
6. A Microempresa – ME, a Empresa de Pequeno Porte - EPP ou equiparada deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.
 - 6.1. Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME, EPP ou equiparada for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Tribunal, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
 - 6.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao(à) Pregoeiro(a).
 - 6.3. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.
 - 6.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, sendo facultado ao(a) Pregoeiro(a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do item 5.6 do Título X.
7. Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados com vigência plena na data fixada para sua apresentação.
 - 7.1. Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão, exceto atestados de capacidade técnica, se exigidos.
 - 7.2. Os documentos exigidos neste edital poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou pelo Pregoeiro(a) ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32, *caput*, c/c art. 38, inciso IV, ambos da Lei nº 8.666/93, com exceção dos extraídos pela internet, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.
 - 7.2.1. A autenticação dos documentos poderá ser feita por cartório competente, pelo(a) pregoeiro(a) ou qualquer membro da equipe de apoio, à vista dos originais, durante a sessão do pregão.
8. Os documentos mencionados neste Título não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo.
9. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

- 9.1. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.
10. A apresentação dos documentos em desacordo com o previsto neste Título ou a sua ausência, salvo o disposto no item 6, **inabilitará** o licitante, sendo aplicado o disposto no item 5.6 do Título IX.
 - 10.1. Nesse caso, o licitante responderá pelas sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Estadual nº 14.167/2002, no Decreto Estadual nº 44.786/2008 e neste edital, considerando que este manifestou, quando do seu credenciamento, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, a teor do art. 13, IX, “b”, e art. 16, I e II, do Decreto Estadual nº 44.786/08, conforme indicação constante do item 1, letra d do Título VII.
11. Declarações falsas sujeitarão a licitante às sanções previstas em lei e especialmente as previstas neste edital.
12. É facultado ao Pregoeiro, no interesse da Administração:
 - 12.1. em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a juntada de documento ou informação que deveriam constar originariamente do envelope de proposta ou de habilitação;
 - 12.2. solicitar aos setores competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar suas decisões;
 - 12.3. sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na proposta e na documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

XI - DOS RECURSOS

1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões do(a) Pregoeiro(a), cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
2. O pregoeiro negará admissibilidade ao recurso quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido.
3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.
4. Os recursos serão endereçados ao pregoeiro(a) e as suas razões e as respectivas contrarrazões deverão ser protocolizadas no Setor de Protocolo da Sede do TJMMG, em uma via original, datilografada ou emitida por computador, contendo razão social, número do CNPJ e endereço da empresa, rubricadas em todas as folhas e assinadas pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhadas de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal.

- 5.1. O Pregoeiro não se responsabilizará por razões ou contrarrazões endereçadas por outras formas, e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.
5. O recurso será apreciado pelo(a) Pregoeiro(a), que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do encerramento do prazo para apresentação de contrarrazões, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado à autoridade superior, que decidirá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento.
6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
7. O resultado do recurso será PUBLICADO no Diário Eletrônico da Justiça Militar (e-DJM), e sua divulgação também ocorrerá através da Internet, no site: **www.tjmmg.jus.br**, no link “Licitações”.
8. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o pregoeiro devolverá às licitantes, desclassificadas em todos os itens, os envelopes de “HABILITAÇÃO” inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

XII - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

1. Inexistindo manifestação recursal, o(a) Pregoeiro(a) adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade competente homologar o procedimento licitatório.
2. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

XIII - DO PRAZO, DO LOCAL DE ENTREGA E DO PAGAMENTO

1. Os prazos, condições de fornecimento e de pagamento serão detalhados no Termo de Referência anexo a este Edital.

XIV - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. O licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado de Minas Gerais e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Contrato e no Termo de Referência e das demais cominações legais.

XV - DA ESTIMATIVA DE CUSTO

1. Este Tribunal de Justiça Militar/MG procedeu à consulta de mercado para verificação dos preços e estimativa dos custos. Conforme §1º do art. 21 do DECRETO/MG Nº 46.311, de 16/09/2013, os preços cotados NÃO serão divulgados até o final do julgamento desta Licitação, de modo a melhorar as condições de negociação com o vencedor.

XVI - DISPOSIÇÕES GERAIS

1. O **PREGÃO** será realizado pelo(a)Pregoeiro(a) Marcelo de Araújo Batalha e equipe de apoio integrada pelos servidores Marina Lopes Rossi, Gustavo Waller Teobaldo e Edmar dos Reis, sendo eventuais substituições efetuadas na forma prevista nas Portarias nºs 311/2004 e 979/2017 deste Tribunal.
2. O Tribunal convocará o adjudicatário e estabelecerá prazo para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente (nota de empenho), conforme o caso, observado o prazo de validade da proposta.
 - 2.1. Na hipótese do adjudicatário não comparecer para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, serão aplicadas as sanções cabíveis. O(a) Pregoeiro(a) examinará as propostas subsequentes e a habilitação dos licitantes, segundo a ordem de classificação, até a apuração da proposta que atenda ao edital, podendo ainda, negociar o preço.
3. Este edital encontra-se disponível no site www.tjmmg.jus.br e os interessados em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo, como avisos e eventuais alterações, a serem disponibilizadas no link "LICITAÇÕES" do site www.tjmmg.jus.br e/ou no "Diário Eletrônico da Justiça Militar (e-DJM).
4. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) apresentar, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, após a adjudicação do objeto, a PROPOSTA DE PREÇOS REAJUSTADA, com os valores finais de seu lance, contendo os mesmos critérios exigidos para o preenchimento da Proposta inicial.
5. O **Julgamento** desta Licitação será o TIPO **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**.
6. Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas Comerciais como dos Documentos de Habilitação apresentados na sessão.
7. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela, após a abertura da sessão do pregão.
8. É vedado à vencedora subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto.
9. Se, por qualquer motivo, não houver expediente no Tribunal de Justiça Militar nas datas previstas para entrega e/ou abertura dos envelopes de proposta e de habilitação, como também dos prazos de recursos, estas ficarão automaticamente prorrogadas para o dia útil subsequente.
10. Durante a sessão pública, caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta ou dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender o pregão e marcar nova data para sua continuidade, intimando todos os participantes.
11. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.
12. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.
13. Na análise da documentação e no julgamento das propostas comerciais, o(a)Pregoeiro(a) poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

14. Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omite em outro será considerado especificado e válido.
15. O(a) Pregoeiro(a), no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93.
 - 15.1. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.
16. As decisões do Presidente do TJMMG e do(a) Pregoeiro(a) serão publicadas no Diário Eletrônico da Justiça Militar (e-DJM), quando for o caso, e sua divulgação também ocorrerá através da Internet, no site: www.tjmmg.jus.br, no link “Licitações”, podendo ser aplicado o disposto no § 1º do art. 109 da Lei nº 8.666/93.
17. A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
18. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Tribunal revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, que será publicado no Diário Eletrônico da Justiça Militar (e-DJM).
19. Para atender a seus interesses, o Tribunal poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
20. O Tribunal poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
21. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.
22. São ANEXOS do presente edital:
 - a) ANEXO I - Termo de Referência;
 - b) ANEXO II-Modelo de Credenciamento;
 - c) ANEXO III -Modelo de Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação;
 - d) ANEXO IV -Modelo de Proposta Comercial;
 - e) ANEXO V-Modelo de Declaração de enquadramento ME e EPP;
 - f) ANEXO VI - Modelo de Declaração Fatos Supervenientes e Impeditivos;
 - g) ANEXO VII - Modelo de Declaração art. 7º, XXXIII, CR/88;
 - h) ANEXO VIII- Modelo de Declaração conforme Resolução CNJ Nº 07, de 18/10/2005;
23. O contrato decorrente desta licitação será assinado eletronicamente. O vencedor da licitação deverá requerer seu login e senha para assinatura eletrônica do Contrato. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações Contratos e Compras deste Tribunal, por intermédio dos telefones (31) 3045 -1280 ou 3045 -1281.

24. Em caso de dúvidas, informações poderão ser obtidas através do telefone (31) 3274-1566 (ramal **480/481**) ou pessoalmente no Tribunal de Justiça Militar, no horário de 9:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, diretamente com o Pregoeiro e/ou sua Equipe de Apoio.

XVII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas referentes à execução do Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: “1051 02 061 734 4355 0001”, natureza de despesa “449052”, item de despesa “18”, fonte de recursos “60” e procedência “1”

Belo Horizonte, 01 de dezembro de 2017.

Juiz Fernando Antônio Nogueira Galvão da Rocha
Presidente do Tribunal de Justiça Militar/MG

COMISSÃO DESIGNADA:

PREGOEIRO: Marcelo de Araújo Batalha

EQUIPE DE APOIO: Marina Lopes Rossi, Gustavo Waller Teobaldo e Edmar dos Reis

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 19/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

[Aquisição de Livros - 2017]

1 - SETOR REQUISITANTE:

Escola Judicial Militar do Estado de Minas Gerais / Biblioteca do TJM/MG.

2 - DO OBJETO:

Constitui-se objeto deste termo a aquisição de livros para compor o acervo da biblioteca e atender às necessidades bibliográficas da Justiça Militar de Minas Gerais.

As especificações de cada título, inclusive autoria, editora e quantidade, encontram-se detalhadas no **ITEM 4** deste Termo de Referência. As edições deverão ser as mais atualizadas possíveis.

3 - DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A presente aquisição de livros tem como finalidade melhor atender, instruir e capacitar os servidores e Magistrados da Justiça Militar/MG, visando à atualização do conhecimento, tão necessários aos serviços de assessoramento e apoio à Escola Judicial Militar e às áreas jurídicas e administrativas desta Casa.

4 - QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

LOTE 01				
Item	Título	Autor	Editora	Qtde
1	Auditoria e Gestão de Riscos	AVALOS, José Miguel Aguilera	Saraiva	1
2	Manual de Direito Administrativo	CARVALHO FILHO, José dos Santos	Atlas	6
3	Direito Administrativo	DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella	Forense	6
4	Direito Administrativo	MEIRELLES, Hely Lopes	Malheiros	4
5	Curso de Direito Administrativo	MELLO, Celso Bandeira de	Malheiros	6
6	Direito Constitucional e Teoria da Constituição	CANOTILHO, José Joaquim Gomes	Almedina	5
7	Comentários à Constituição do Brasil	CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MENDES, Gilmar	Saraiva	5

8	Curso de Direito Constitucional	GONÇALVES, Bernardo Fernandes	Juspodium	5
9	Teoria dos Direitos Fundamentais	ALEXY, Robert	Malheiros	5
10	Ditadura e Responsabilização: Elementos Para uma Justiça de Transição no Brasil	MEYER, Emilio Peluso Neder	Arraes	5
11	Manual de Direito Internacional Público	ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO e SILVA, Geraldo E.; CASELLA, Paulo B.	Saraiva	5
12	Direitos Humanos e Justiça Internacional	PIOVESAN, Flávia	Saraiva	5

LOTE 02				
Item	Título	Autor	Editora	Qtde
1	Manual de Direito Disciplinar Militar	ABREU, Jorge Luiz Nogueira	Juruá	3
2	Direito Penal Militar: Teoria Crítica e Prática	ALVES-Marreiros, Adriano;ROCHA, Guilherme e FREITAS, Ricardo	Forense- Método	5
3	A Justiça Militar e a Democracia: Controle Judicial da Atividade Policial	ANJOS, Marcelo Adriano Menacho dos	D'Plácido	5
4	Comentários ao Código Penal Militar	ASSIS, Jorge César	Juruá	6
5	Deserção: Um Estudo Minucioso Sobre o Crime Militar Por Excelência -	ASSIS, Jorge César	Juruá	3
6	Habeas Corpus: Admissibilidade nas Transgressões Disciplinares Militares	CAAMAÑO, Fernando Otero	Juruá	5
7	Elementos de Direito Penal Militar: Parte Especial	MIGUEL, Cláudio Amin; CRUZ, Ione de Souza	Método	5
8	Manual de Direito Penal Militar	NEVES, Cícero Robson Coimbra e STREIFINGER, Marcello	Saraiva	5
9	Manual de Direito Processual Penal Militar: em Tempo de Paz	NEVES, Cícero Robson Coimbra	Saraiva	6

10	Direito Militar Romano	PALMA, Rodrigo Freitas	Juruá	3
11	Direito Internacional Penal: A Responsabilidade de Comando no Estatuto de Roma e sua Implementação no Código Penal Militar	PEREIRA, Carlos Frederico de Oliveira	Juruá	3
12	Direito Penal Militar: Teoria do Crime	ROCHA, Fernando Antônio Galvão da	D'Plácido	5
13	Ética a Nicomacos	Aristóteles	Martin Claret	2
14	Teoria da Argumentação Jurídica	ALEXY, Robert	Forense	2
15	Ética e Retórica: Para uma Teoria da Dogmática Jurídica	ADEODATO, João Maurício	Saraiva	2
16	Curso de Filosofia do Direito	BITTAR, Eduardo; ALMEIDA, Guilherme Assis de	Atlas	2
17	O Positivismo Jurídico	BOBBIO, Noberto	Ícone	2
18	A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos	COMPARATO, F. Konder	Saraiva	2
19	Introdução ao Estudo de Direito	FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio	Atlas	2
20	Teoria Pura do Direito	KELSEN, H	Almedina	2
21	Hermenêutica e Aplicação do Direito	MAXIMILIANO, Carlos	Forense	2
22	Filosofia do Direito	REALE, Miguel	Saraiva	2
23	Constitucionalismo e Teoria do Direito	RIBEIRO, Fernando Armando	Del Rey	2
24	Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil	GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia	Campus-Elsevier	1
25	Orçamento Público	GIACOMONI, James	Atlas	1
26	Contabilidade Pública: Teoria e Prática	KOHAMA, Hélio	Atlas	1
27	Curso de Finanças Públicas: Uma Abordagem Contemporânea	LIMA, Edilberto Carlos Pontes	Atlas	1
28	Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público	BERQUE, Sandro Trescastro	Atlas	1
29	Dinâmica Comportamental no Setor Público	FERNANDES, Gustavo Andrey de A. L.	FGV	1
30	Adobe Illustrator CS5	ANDRADE, Marcos Serafim de	SENAC	1

31	Adobe InDesign CS5	ANDRADE, Marcos Serafim de	SENAC	1
32	Um 2.5 com Enterprise Architect 10: modelagem visual de projetos orientada a objetos	SBROCCO, José Henrique Teixeira de Carvalho	Érica	1
33	Curso de Licitações e Contratos Administrativos	FURTADO, Lucas Rocha	Forum	1
34	Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos	JUSTEN FILHO, Marçal	Revista dos Tribunais	3
35	Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública	NIEBUHR, Joel de Menezes	Fórum	2
36	Termo de Referência: O Impacto da Especificação do Objeto e do Termo de Referência na Eficácia das Licitações e Contratos	SANTANA, Jair Eduardo; CAMARÃO, Tatiana; CHRISPIM, Anna Carla Duarte	Fórum	2
37	Dicionário de Houaiss de Conjugação de Verbos	AZEREDO, José Carlos de	Publifolha	1
38	Manual de Redação Oficial	LEDUR, Paulo Flávio	AGE	2
39	Curso de Direito Processual Civil: Reescrito com Base no Novo CPC. 5 volumes (valor da coleção)	DIDIER JÚNIOR, Fredie	Juspodium	2
40	Novo Código Processo Civil Anotado	THEODORO JÚNIOR, Humberto	Forense	5
41	Servidor Público: Teoria e Prática	MARCONDES, Pedro Carlos	Fórum	3
42	Servidor Público: Estudos em Homenagem ao Professor Pedro Paulo de Almeida Dutra	SILVA, Cristiana Fortini Pinto	Fórum	5

LOTE 03				
Item	Título	Autor	Editora	Qtde
1	Derecho Internacional de Los Derechos Humanos: Esencia y Trascendencia	CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto	Porrua	3
2	Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional	PIOVESAN, Flávia	Saraiva	5
3	A Promoção dos Direitos Humanos Fundamentais Através da Polícia Militar	MEDEIROS, Aline Oliveira de	lumen juris	3
4	Verdade e Método volume I	GADAMER, Hans-Georg	Vozes	2

5	Verdade e Método volume II	GADAMER, Hans-Georg	Vozes	2
6	Shakespeare e Cervantes: Diálogos a Partir do Direito e Literatura	RIBEIRO, Fernando Armando	Letramento	2
7	Gestão por Competências no Setor Público	LEME, Rogério - (org)	Qualimark	1
8	Competências: Conectando Estratégia e Pessoas nas Organizações Públicas	SANTOS, Fabia Alves de Souza dos	Prismas	1
9	Comentários à Lei de Licitações e Contratos e Jurisprudência Atualizada do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais	ANDRADE, Adriene Barbosa de Faria; FERREIRA, Luiza Amancio	Fórum	3
10	Roteiro Prático das Licitações: Atualizada Com as Inovações da Lei Complementar 123/06 (Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) Lei 12.462/11 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas- RDC)	BLANCHET, Luiz Alberto	Juruá	2
11	Contratação direta sem licitação	FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby	Forum	2
12	Vade-Mécum de licitações e contratos	FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby	Forum	2
13	Novas tendências do Processo Civil (volume 2): Estudos Sobre o Projeto do Novo CPC	DIDIER JÚNIOR, Fredie	Juspodium	4
14	Curso de Direito Processual Civil: Atualizados Com o Novo CPC. vol. 2 (valor unitário)	THEODORO JÚNIOR, Humberto	Forense	3
15	Curso de Direito Processual Civil: Atualizados Com o Novo CPC. vol. 3 (valor unitário)	THEODORO JÚNIOR, Humberto	Forense	3

LOTE 04				
Item	Título	Autor	Editora	Qtde
1	Teoria Geral da Política: a filosofia política e as ligações dos clássicos	BOBBIO, Norberto	Elsevier	3
2	Ciência Política	BONAVIDES, Paulo	Malheiros	3

3	Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica	CHANG, Há-Joon	Unesp	1
4	Da Guerra	CLAUSEWITZ, Karl Von	Martins Fontes	1
5	Teoria Geral do Estado e Ciência Política	CICCO, Cláudio de: Gonzaga, Álvaro de Azevedo	Revista dos Tribunais	2
6	Leviatã, ou Matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil	HOBBS, Thomas	Martins Fontes	2
7	O poder: história natural de seu crescimento	JOUVENEL, Bertrand de	Peixoto Neto	2
8	Teoria Geral do Direito e do Estado	KELSEN, Hans	Martins Fontes	3
9	Teoria Geral do Estado	MALUF, Sahid	Saraiva	2
10	Teoria do Estado e da Constituição	MIRANDA, Jorge	Forense	3
11	O espírito das leis	MONTESQUIEU, Charles Louis de	Saraiva	2
12	Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira	PESSOAL: Samuel (org.)	Elsevier	2
13	Desenvolvimento como liberdade	SEM, Amartya	Cia. De Bolso	3
14	Powershift: as mudanças do poder	TOFFLER, Alvin	Record	1
15	Fundamentos da economia	VASCONCELLOS, Marco Antônio S.; GARCIA, Manuel Enriquez	Saraiva	2
16	Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI	VEIGA, José Eli da	Garamond	2
17	Ciência e Política: duas vocações	WEBER, Marx	Cultrix	3

LOTE 05				
Item	Título	Autor	Editora	Qtde
1	Auditoria Interna: Melhores Práticas	MAFFEI, José	All Print	1
2	A Eficácia dos Direitos Fundamentais - Uma Teoria dos Direitos Fundamentais na Perspectiva Constitucional	SCARLET, Ingo Wolfgang	Livraria do Advogado	5

3	Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos 3 Vols	CANÇADO TRINTADE, Antônio	Fabris	1 (um de cada volume)
4	International Human Rights	DONNELLY, Jack	Westview Press	1
5	Direito Internacional Penal	JANKOV, Fernanda	Saraiva	5
6	Internacionalização dos Direitos Humanos: Constituição, Racismo e Relações Internacionais	LAFER, Celso	Manole	5
7	Processo Internacional de Direitos Humanos	RAMOS, André de Carvalho	Saraiva	5
8	Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar	Encadernados Juntos	Brasil	10
9	A Polícia Judiciária Militar e Seus Desafios: Aspectos Teóricos e Práticos	GORRILHAS, Luciano Moreira; BRITO, Cláudia Aguiar	Núria Fabris	3
10	Primórdios da Justiça Militar: Coletânea de Documentos Castelhanos do Século XVI	MELLO, Amilcar D'Avila de	Tekoá Et Orbis	3
11	Crime Militar: da Prisão em Flagrante a Audiência de Custódia	Oliveira, José Maurício de	Diplomata	3
12	O Império do Direito	DWORKIN, Ronald	Martins Fontes	2
13	A Justiça de Toga	DWORKIN, Ronald	Martins Fontes	2
14	Técnica Processual e Teoria do Processo	GONÇALVES, Aroldo Plínio	Aide	2
15	Hermenéutica Jurídica em Crise	STRECK, Lênio	Livraria do Advogado	2
16	Finanças Públicas	ROSEN, Harvey S; Gayer, Ted	McGraw-Hill	1

5 - DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O preço para a execução do objeto desta aquisição será o valor total da proposta finalizada, relativa a cada lote, devendo o fornecedor declarar que neste preço já está incluído todo o custo para o fornecimento de todos os livros, inclusive transporte, frete, carga, descarga, mão-de-obra e quaisquer outras despesas que houver.

5.2. No preço, considerar-se-á a **imunidade tributária**, tendo em vista que os LIVROS – pela finalidade que desempenham – são beneficiários de especial norma constitucional que proíbe a tributação sobre estes objetos, como consta do **art. 150, inc. VI, alínea 'd', da Constituição Federal**.

- 5.3. O pagamento decorrente desta Contratação será efetuado pela Diretoria Executiva de Finanças, em parcela única, por processo legal, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da nota fiscal/fatura, estando a documentação fiscal regular.
- 5.4. O documento fiscal deverá ser emitido pelo FORNECEDOR em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.
- 5.5. Todas as retenções legais serão efetuadas pela Diretoria Executiva de Finanças deste Tribunal.
- 5.6. O FORNECEDOR apresentará a Nota fiscal / Fatura referente ao objeto ora contratado ao servidor designado pelo Tribunal. O servidor, após os devidos registros, encaminhará a Nota Fiscal à Diretoria Executiva de Finanças para pagamento.
- 5.7. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizada tal documentação.
- 5.8. O pagamento devido pelo TRIBUNAL será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pelo FORNECEDOR ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.
- 5.9. Os pagamentos ao contratado somente serão realizados mediante a efetiva prestação dos serviços e fornecimento nas condições estabelecidas, o que será comprovado por meio de atestação no documento fiscal correspondente, emitida pelo gestor/fiscal de contrato do Tribunal.
- 5.10. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, o FORNECEDOR dará ao TRIBUNAL plena, geral e irrevogável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.
- 5.11. Devido às normas legais, para que o Tribunal realize o pagamento, o Fornecedor deverá emitir nota fiscal/fatura indicando o tipo de objeto fornecido e contendo discriminação clara e precisa do mesmo, considerando os seguintes tipos de documento fiscal:
- 5.11.1 Produtos: somente Nota Fiscal ELETRÔNICA.
- 5.11.2 Serviços: Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, Nota Fiscal de Serviços Série A ou ainda, RPA [Recibo de Profissional Autônomo], se o emissor for Profissional Autônomo.

6 - DAS OBRIGAÇÕES

6.1. DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL

- 6.1.1. Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega, desde que observadas às normas de segurança;
- 6.1.2. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do produto, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa;
- 6.1.3. Fiscalizar e atestar a entrega do objeto do Termo de Referência, objetivando garantir a conformidade com o Edital e seus anexos;
- 6.1.4. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas no edital de licitação, pela Diretoria Executiva de Finanças, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da nota fiscal/fatura, estando a documentação fiscal regular;
- 6.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo FORNECEDOR, em relação ao objeto deste Termo de Referência;
- 6.1.6. Rejeitar o fornecimento efetivado em desconformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

6.2. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 6.2.1. Entregar os livros de acordo com as especificações e quantidades exigidas e dentro do prazo estabelecido;
- 6.2.2. Realizar a perfeita execução do objeto, cumprindo todas as condições e prazos fixados, assim como a legislação aplicável;
- 6.2.3. Fornecer livros novos, em perfeitas condições, sem qualquer defeito, em estrita conformidade com as especificações de sua proposta, à qual se vincula;
- 6.2.4. Comunicar, antecipadamente, a data e horário da entrega, não sendo aceitos os livros que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência;
- 6.2.5. As operações de transporte, carga e descarga dos produtos são de responsabilidade do FORNECEDOR até a entrega dos mesmos ao TRIBUNAL;
- 6.2.6. Substituir, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, e sem ônus para o Tribunal, os livros devolvidos em razão de divergências entre o que for entregue e as especificações contidas neste Termo de Referência;
- 6.2.7. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Tribunal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento;
- 6.2.8. Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem na aquisição, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade dos livros previstos no **item 4 deste Termo de Referência**, de acordo com o art. 65, §1º da Lei federal nº 8.666/93;
- 6.2.9. Comunicar imediatamente ao Tribunal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência;
- 6.2.10. Indenizar terceiros e/ou o Tribunal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- 6.2.11. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos livros, inclusive transporte, frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino;
- 6.2.12. Encaminhar ao TRIBUNAL juntamente com a nota fiscal/fatura, os documentos comprobatórios da manutenção das condições de habilitação ou qualificação exigidas na licitação, especialmente cópias das certidões de regularidade fiscal, cuja autenticidade será confirmada nos sites dos órgãos emissores por servidor do TRIBUNAL;
- 6.2.13. Aceitar solicitações do Tribunal de mudanças nos dias e horários de entrega dos produtos, sempre que houver necessidade.

7 - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 7.1. O prazo para o recebimento dos livros é de até **40 (quarenta) dias corridos**, contados a partir da entrega da nota de empenho.
- 7.2. O prazo previsto neste item poderá ser prorrogado, a critério do Tribunal.
- 7.3. Os livros deverão estar devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte, carga e descarga.

7.4. O(s) Fornecedor (es) se responsabilizarão pelas despesas decorrentes da entrega, bem como pelo risco de perdas, até o efetivo recebimento.

7.5. O(s) Fornecedor (es) deverão substituir, no prazo estabelecido na comunicação, o produto entregue e não aceito pela CONTRATANTE, em função da existência de irregularidades, incorreções e/ou defeitos.

7.6 Os livros deverão ser entregues prontos para uso.

7.7 Os livros deverão ser entregues na sede da Justiça Militar Estadual: **Rua Tomaz Gonzaga, nº 686 – Bairro de Lourdes, Belo Horizonte – Minas Gerais**, mediante agendamento prévio com o Setor de Almoxarifado, entre 09h e 18h.

8 - DO RECEBIMENTO

8.1 Os livros serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.2. O recebimento provisório ou definitivo dos livros não exclui a responsabilidade civil a ele relativa.

8.2.1. O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) livros devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades em conformidade com o estabelecido neste termo de referência;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste termo de referência;

8.2.2. O recebimento definitivo dos livros dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência.

8.2.3. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pela atestação no verso da Nota Fiscal, efetuada por servidor da Escola Judicial Militar ou da Gerência Administrativa.

8.3. Caso sejam insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado **Termo de Recusa**, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

8.4. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas no Edital.

8.5 O Tribunal reserva para si o direito de não receber o objeto com atraso, defeitos, imperfeições ou em desacordo com as especificações e condições constantes neste Termo, podendo aplicar as sanções cabíveis.

9 - DAS PENALIDADES

9.1. O fornecedor, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do Contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e demais cominações legais.

9.2. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao fornecedor as penalidades de advertência e multa, além da responsabilização civil

e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto nos art. 86 a 88 da Lei n.º 8.666/93, podendo ser aplicadas as seguintes penalidades:

9.2.1. advertência, que será aplicada sempre por escrito;

9.2.2. multa;

9.2.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, nos termos do Decreto Estadual nº 45.902/2012 e suas posteriores alterações;

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição e não for procedido ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes da inadimplência do fornecedor.

9.3. O fornecedor se responsabiliza por indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados a pessoas, bens ou equipamentos, desde que comprovados, pela execução inadequada do objeto contratual, ficando o CONTRATANTE autorizado a descontar o valor correspondente dos pagamentos devidos.

9.4. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

9.4.1. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor deste Contrato, por ocorrência.

9.4.2. 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual.

9.4.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de o fornecedor, injustificadamente, desistir do Contrato ou dar causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o TRIBUNAL, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

9.5. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo TRIBUNAL. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

9.6. As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.7. As penalidades aplicáveis pela inadimplência a qualquer das obrigações assumidas neste instrumento são as previstas nos arts. 86, 87, 88 da Lei n.º 8.666, de 1993, e no art. 38 do Decreto Estadual 45.902, de 27/01/2012.

9.8. O pagamento das multas aplicadas não exime o fornecedor da responsabilidade pelo cumprimento das obrigações a ela impostas por força deste Contrato.

10 – DA FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL

10.1. Sem prejuízo ou dispensa das obrigações do FORNECEDOR, o TRIBUNAL exercerá ampla supervisão, acompanhamento, controle e fiscalização sobre a execução do objeto, por meio de servidor indicado pelo TJM/MG, especialmente designado, que fiscalizará a fiel observância das especificações do objeto, dentre outros critérios, e anotarà em registro próprio todas as

ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, além das atribuições contidas nas normas de execução orçamentária e financeira vigentes.

10.2. O servidor designado pelo Tribunal, terá poderes para fiscalizar a execução do objeto e especialmente para:

a) Notificar o FORNECEDOR sobre sua inadimplência no cumprimento das obrigações previstas neste termo de referência, determinando sua regularização, ou, sendo o caso, remetendo à autoridade competente para abertura de processo;

b) Fazer as aferições necessárias para a liberação de pagamentos em conformidade com o objeto licitado, de acordo com as condições estabelecidas;

c) Recusar o objeto que tenha sido executado pelo FORNECEDOR em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, apresentando as devidas justificativas.

10.3. A fiscalização do TRIBUNAL não será motivo para exclusão ou redução da responsabilidade do FORNECEDOR.

10.4. O recebimento e a conferência do objeto executado serão realizados pelo servidor designado.



Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais
Tribunal do Estado Democrático de Direito

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 19/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017

ANEXO II - MODELO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade n.º e CPF n.º, a participar do Procedimento Licitatório Nº 19/2017, instaurado pelo Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, na modalidade de Pregão Presencial, sob o nº 23/2017, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, CNPJ n.º, bem como formular propostas, ofertar lances, oferecer recursos, e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

LOCAL e DATA.

.....
Assinatura do dirigente da empresa

.....
Nome do dirigente da empresa

Obs.:

1. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deve assinar o credenciamento, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.



Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais
Tribunal do Estado Democrático de Direito

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 19/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE TODOS OS
REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO**

A empresa....., CNPJ nº, ciente das normas do edital, declara, sob as penas da lei, que **cumprе plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta atende às exigências do edital do** no Procedimento Licitatório nº 19/2017 – modalidade Pregão Presencial, sob o nº 23/2017, promovido pelo Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

LOCAL e DATA.

Assinatura do Representante legal da empresa
(nº Identidade – CPF/CNPJ do declarante)

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 19/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017

ANEXO IV- MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Objeto: Aquisição de livros novos para compor o acervo da biblioteca e atender às necessidades bibliográficas da Justiça Militar de Minas Gerais, conforme especificações previstas no Termo de Referência (Anexo I) e demais disposições deste Edital.

Razão Social:		
CNPJ:		
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	
CEP:	E-mail:	
Telefones:		
Banco:	Agência:	Conta bancária:
Nome do representante:		
Identificação		Qualificação
A EMPRESA É OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL?		
() SIM ou () NÃO		

LOTE ...								
Item	Titulo	Autor	Editora	Qtde	Valor com ICMS		Valor com ICMS	
					Valor unitário	Valor Total	Valor unitário	Valor Total

Observações:

- O licitante NÃO é obrigado a cotar todos os LOTES, porém, em cada lote ofertado, deverão estar incluídas as cotações de todos os itens que o compõem, sob pena de desclassificação da proposta.

- Caso haja incidência de ICMS, os licitantes mineiros deverão cotar, além do preço normal de mercado, o preço resultante da dedução do ICMS, o qual será considerado como base para classificação das propostas, etapa de lances, julgamento, adjudicação e homologação. *Não se aplica a isenção do ICMS aos contribuintes mineiros optantes pelo Regime do Simples Nacional a que se refere a Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, ou seja, tais



Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais
Tribunal do Estado Democrático de Direito

contribuintes deverão apresentar em suas propostas apenas os preços com ICMS. *Os licitantes mineiros optantes pelo Regime do Simples Nacional deverão declarar ou comprovar juntamente com suas propostas comerciais esta sua condição.

Declara que os produtos fornecidos estão em conformidade com as especificações e condições previstas no **Termo de Referência – Anexo I e demais condições previstas no edital.**

Declara, ainda, que os valores de todos os impostos, taxas, mão-de-obra, encargos, frete, embalagens, transporte, lucro, bem como qualquer outra despesa, direta ou indireta, incidente na execução do objeto contratual, encontram-se incluídos no preço global da proposta.

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão do Pregão.

LOCAL e DATA.

Assinatura do Diretor ou Representante Legal
(Nº Identidade – CPF/CNPJ do declarante)

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 19/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A empresa _____, CNPJ nº _____, sediada (endereço completo) _____, declara, sob as penas da lei, que se enquadra como _____, assim definida nos termos do art. 3º, inciso ____, da Lei Complementar Federal n. 123, de 14.12.2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei.

() Declaro que a empresa possui restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

LOCAL e DATA.

(Nome, cargo e assinatura do representante legal ou procurador)

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 19/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017**

**ANEXO VI- MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS
SUPERVENIENTES E IMPEDITIVOS**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, declara, sob as penas da Lei, e na forma do § 2º, artigo 32, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, que, até a presente data, **não existem fatos impeditivos para sua habilitação e participação** no Procedimento Licitatório Nº 19/2017 – Pregão Presencial Nº 23/2017, do Tribunal de Justiça Militar e que não pesa contra si declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo.

DECLARA, também, que se compromete a informar a ocorrência de qualquer fato impeditivo posterior a esta declaração que interfira nos dados constantes dos registros cadastrais do Estado de Minas Gerais, inclusive em relação ao porte do fornecedor declarado acima.

LOCAL e DATA.

(Representante legal – Identidade – CPF/CNPJ do declarante)

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 19/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017

ANEXO VII- MODELO DE DECLARAÇÃO (Cumprimento ao inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal)

PESSOA JURÍDICA

Ref.: Procedimento Licitatório nº 19/2017

(nome da empresa), CPF/CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). (nome do representante), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

LOCAL e DATA.

(Nome – Identidade – CPF/CNPJ do declarante)

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

PESSOA FÍSICA

Ref.: Procedimento Licitatório nº 19/2017

(nome do licitante), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

LOCAL e DATA.

(Nome – Identidade – CPF)



Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais
Tribunal do Estado Democrático de Direito

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 19/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO CNJ Nº 07, de 18/10/2005

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, sob as penas da lei, que **não possui, em seu quadro societário**, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento **vinculados direta ou indiretamente às unidades da área encarregada da licitação** deste Tribunal, nos termos do art. 2º, inc. VI, da Resolução n. 07, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça.

DECLARA, ainda, sob as penas da lei, que não possui, em seu quadro funcional, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Local e data

Assinatura do representante legal e CPF